

**A PESQUISA
GEOGRÁFICA SOBRE
OS MOVIMENTOS
SOCIAIS: BALANÇO E
PESPECTIVAS**

**LA INVESTIGACION
GEOGRÁFICA SOBRE
LOS MOVIMIENTOS
SOCIALES: REVISIÓN Y
PROPUESTAS**

**THE GEOGRAPHICAL
RESEARCH ABOUT
SOCIAL MOVEMENTS:
REVIEW AND
PROPOSALS**

**NELSON RODRIGO
PEDON**

UFG

pedon_nelson@yahoo.com.br

Professor Doutor do
Departamento de Geografia
da UFG - Universidade Fe-
deral de Goiás – Campus de
Jataí

Resumo: O processo de configuração do território nacional, na cidade e no campo, vem sendo cada vez mais influenciado por uma crescente participação das classes populares mobilizadas. Na história recente do país, essas mobilizações populares vêm reunindo um grande e variado número de manifestações com o objetivo da conquista pelo espaço da vida (do trabalho e da moradia). De maneira geral, os geógrafos pouco se interessaram em construir, de forma sistemática e articulada, um campo de análise especialmente geográfico a respeito dos movimentos sociais. Esses estudos se pautaram em referenciais teóricos que foram formulados a partir de realidades diferentes da brasileira e por especialistas de outras ciências. Nesse sentido, a *abordagem socioterritorial*, que busca firmar os movimentos sociais no campo da leitura geográfica, redefinindo-os a partir do conceito de *movimento socioterritorial*, constitui um momento importante do desenvolvimento do estudo dessa temática no campo da Geografia.
Palavras-chave: Movimentos Socioterritoriais, Movimentos Sociais, Teoria, Território e Geografia.

Resumen: El proceso de configuración del territorio nacional, en la ciudad y el campo, está siendo cada vez más influenciados por una creciente participación de las clases populares movilizadas. En la historia reciente del país, estos movimientos populares reúnen un gran y variado número de eventos con el objetivo de conquistar el espacio esfera de la vida (trabajo y vivienda). En general, los geógrafos poco interesaram se en la construcción, de una forma sistemática y articulada, en desarrollar un área geográfica específica de análisis sobre los movimientos sociales. Estos estudios se basan en las referencias teóricas que se hicieron a partir de distintas realidades de los brasileños y estudiosos de otras ciencias. En este sentido, el *enfoque socioterritorial*, que tiene por objeto establecer los movimientos sociales en el ámbito geográfico de la lectura, la redefinición de la noción de *movimiento socioterritorial*, es un momento importante del desarrollo del estudio desa temática en el campo de la Geografía.

Palabras-clave: Socioterritoriais Movimientos, Movimientos Sociais, Teoria, Território y Geografia.

Abstract: The process of setting the national territory, in the city and the countryside, is being increasingly influenced by a growing share of the popular classes mobilized. In the recent history of the country, these popular movements are gathering a large and varied number of events with the aim of conquering the area of life (work and housing). Generally, the geographers aren't interested in building a systematic and articulated particular geographic area of analysis about the social movements. These studies is based on theoretical references that were made from different realities of the Brazilian and researchers from other sciences. Accordingly, the *approach socioterritorial*, which seeks to establish social movements in the field of geographical reading, redefining them from the concept of *socioterritorial movement*, is an important element of the development of this thematic study in the Geography.

Keywords: Socioterritorials Movements; Social Movements; Theory; Territory and Geography.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o espaço vem ganhando relevância no conjunto dos estudos das ciências sociais. Isso não ocorre somente porque ele emerge como uma categoria analítica importante, mas, sobretudo, porque vem se tornando uma referência para a ação dos sujeitos sociais, do Estado e suas instituições, e dos agentes hegemônicos da economia capitalista. A crescente importância analítica dos conceitos de referência espacial vem acompanhando as mudanças ocorridas na realidade. A Geografia torna-se, então, uma ciência privilegiada. O espaço, categoria tradicionalmente tomada como objeto de reflexão do pensamento geográfico, constitui um importante instrumento analítico da dinâmica e dos processos sociais. Entendido como espaço da ação humana, é nele que os conflitos entre os homens se condensam dando forma e conteúdo ao território.

A renovação proposta pela *Geografia Crítica* representou, a um só tempo, a renovação dos quadros explicativos que embasavam os estudos sobre a relação dos homens com seu espaço, tendo o materialismo histórico dialético como referencial basilar, e uma ampliação da perspectiva geográfica que passou a lançar seus olhos a temáticas que antes eram atribuídas como objeto de investigação de outras ciências, ou eram simplesmente ignoradas, sem muitas justificativas. Com exceção dos trabalhos precursores de Andrade (1963) e de Castro (1964), que enfocaram a ação das Ligas Camponesas no contexto de pobreza e concentração fundiária do nordeste brasileiro, a verdade é que os movimentos sociais estiveram ausentes da agenda de pesquisa dos geógrafos até a década de 1970.

A partir da década de 1980, diversas experiências de resistência aos processos de exclusão e subordinação passaram a interessar aos pesquisadores da ciência do espaço. As mobilizações populares, organizadas na forma dos movimentos sociais, foram aos poucos sendo inseridas no conjunto dos temas adotados pela Geografia. Teoricamente, esses estudos se alinhavam ao marxismo ou à suas releituras. As interpretações partiam de uma visão mais geral sobre o desenvolvimento das relações de produção capitalistas sobre o espaço e suas consequências catastróficas para a existência da classe trabalhadora. Em seu conjunto, a principal característica dos primeiros estudos foi a adoção de referenciais teóricos estrangeiros à Geografia, fato que se explica pela lacuna existente na produção geográfica sobre a temática dos movimentos sociais.

A partir da década de 1990, dá-se início a uma nova fase da pesquisa geográfica nacional, caracterizada pela publicação de textos que sintetizam as ideias e formulações originais a respeito do caráter espacial dos movimentos sociais, assim como da importância que essas manifestações sociais possuem no campo da análise da sociedade contemporânea. Uma parte desses estudos dedica-se à formulação de propostas teórico-conceituais que buscam incorporar, à tradição das pesquisas sobre a temática, todo o arsenal teórico herdado da Geografia. Nesse momento, três autores vão se destacar, Carlos Walter Porto Gonçalves, Emerson Renato dos Santos e Bernardo Mançano Fernandes.

OS PRECURSORES: A ÊNFASE NAS LIGAS CAMPONESAS

No Brasil, o interesse dos geógrafos pelos movimentos sociais, enquanto temática a ser pesquisada e teorizada, acompanhou o processo de renovação da Geografia na passagem da década de 1970 a 1980. Entre as razões que levaram ao estudo dos movimentos sociais encontra-se, de um lado, a projeção de um expressivo número de movimentos sociais (movimento sindical, movimento camponês, Associações de Moradores, lutas setoriais: como o movimento por creches, pelo transporte público, etc.) que vinham conquistando espaços políticos essenciais para suas reivindicações. Por outro lado, a incorporação de uma matriz teórico-metodológica permitiu à Geografia romper com temas e problemáticas tradicionais que consideravam o homem não como sujeito de sua história, mas como um elemento da paisagem. Esse movimento de renovação deu lugar a um conjunto de propostas que se condensaram na corrente nascente, a *Geografia Crítica*.

Antes disso, dois importantes autores nordestinos foram os primeiros a apontarem em suas obras a atuação de movimentos sociais no Brasil. Manuel Correia de Andrade publica em 1963 o livro “A terra e o homem no nordeste”, no qual o autor realiza uma análise dos problemas do nordeste brasileiro a partir da apropriação do solo, elaborando, inclusive, uma regionalização com base no processo de colonização da região; sua conclusão é a de que esta ocupação se deu em função do desenvolvimento do capitalismo comercial. Josué de Castro¹ publica em 1964 o livro “Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste uma área explosiva”, o qual introduz o estudo dos movimentos sociais do Nordeste explorando a ação das Ligas Camponesas, surgidas na Zona da Mata Pernambucana na década de 1950. Esse livro, assim como boa parte da obra de Josué de Castro, tem um caráter de denúncia da situação de sujeição do homem e da terra a um modelo de desenvolvimento baseado na grande propriedade e submisso aos interesses internacionais.

Os autores apontam que, como conseqüência da falta de reforma agrária no país e da submissão dos interesses nacionais aos ditames estrangeiros, tem-se um aprofundamento das tensões sociais no campo e a conseqüente organização social com o objetivo de reivindicar mudanças no quadro agrário brasileiro. Assim, esboçam um pouco da sensibilidade que os geógrafos possuíam acerca do problema, ao mesmo tempo em que demonstram um campo temático possível de estudos para os demais pesquisadores. Como efeito do momento em que os trabalhos foram escritos, os autores apresentam aquele que era o mais importante movimento social brasileiro: as Ligas Camponesas. No caso de Andrade ([1963]1964), os problemas sociais são abordados juntamente com as questões da apropriação da terra, sendo que esse viés social não foi entendido por muitos pesquisadores da época, uma vez que a Geografia brasileira ainda estava comprometida com a escola tradicional francesa. O autor considera as Ligas Camponesas como formas embrionárias de organização popular que vêm, nas medidas implementadas pelo Estado, soluções pouco eficazes, já que beneficiam apenas um pequeno número de pessoas, enquanto a *maioria absoluta dos camponeses continuaria a vegetar* (p. 244).

Acerca da espacialização e alcance das Ligas, Andrade ([1963]1964) aponta que mesmo nos municípios que não possuíam núcleos havia uma relativa influência. Julião teria afirmado que, mesmo de forma desordenada, a organização cresceu a ponto de que em toda da zona da Mata e boa parte do semi-árido do Nordeste não há um camponês que já não seja potencialmente da Liga, e, em qualquer estado nordestino, mesmo onde a Liga não havia sido fundada, *é comum um camponês injustiçado dizer para o capataz ou para o patrão: “graças a Jesus Cristo a ‘Liga’ vai chegar. Será nossa liberdade”* (pg. 249).

Josué de Castro (1964) dirige suas críticas para aqueles que buscam fazer da seca a principal causa da pobreza e fome nordestina, para ele [...] *Mais do que a seca, o que acarreta esse estado de coisas é o pauperismo generalizado, a proletarização do sertanejo, sua produtividade mínima, insuficiente* (Castro, 1964: 169-70). O latifúndio é o responsável pela *paisagem defunta, impregnada da presença constante da morte* (p. 41). No capítulo 1, “A reivindicação dos mortos”, Castro mostra como as Ligas Camponesas surgiram como uma entidade civil de ajuda mútua na qual a principal finalidade era dar os camponeses um funeral decente, uma vez que os camponeses eram enterrados em caixões doados pela prefeitura ou muitas vezes enrolados em redes. Com a denominação inicial “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”, que visava defender os direitos dos mortos, as Ligas Camponesas aos poucos foram se transformando num movimento que passou a lutar pelos direitos dos camponeses vivos. Diferente de Andrade, Josué de Castro tem a revolução no horizonte. Possivelmente a “frustração” deve ter dado lugar à “utopia”, já que seu livro foi publicado no ano do golpe militar, ocorrendo pouco depois a diluição das Ligas.

Os trabalhos de Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro marcam, de forma precursora, a “pré-história” dos estudos sobre movimentos sociais na Geografia brasileira. Representantes de uma visão avançada e bem embasada dos problemas brasileiros,

¹ Josué de Castro não era geógrafo de formação, todavia, parte considerável de suas pesquisas, pelo menos a que acabou sendo a mais conhecida dos leitores em geral, se deu no campo no pensamento geográfico.

Os geógrafos fizeram apontamentos que hoje fazem parte dos estudos sobre movimentos sociais, questões relativas à espacialização dos movimentos, sua interação com outros setores da sociedade, a ação dos mediadores, sua agenda política (esclarecedora dos objetivos e da ideologia dos movimentos), e sua relação com a estrutura sócio-econômica da sociedade (constituída num devir histórico conflituoso que marca a constituição do território brasileiro) demonstram uma perspectiva de totalidade que se desenvolverá na década de 1980 com a ampliação desses estudos na Geografia.

MOVIMENTOS SOCIAIS NA GEOGRAFIA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990: A VALORIZAÇÃO DA TEMÁTICA

É no contexto das transformações políticas e sociais vividas pela sociedade brasileira a partir do final da década de 1970, que ocorre a inserção de ideias relativas à valorização das ações políticas mais amplas no campo da pesquisa geográfica. Tal inserção foi baseada na incorporação do marxismo e na adoção de sua orientação metodológica, o materialismo histórico e dialético. O descontentamento com a pouca reflexão em relação à própria prática científica, assim como ao engajamento ideológico e social do geógrafo passou a estar na pauta de debates. Os trabalhos que inauguraram os estudos sobre movimentos sociais após os agitos da crise e renovação da Geografia brasileira na década de 1980 têm como referencial teórico autores estrangeiros e de outras disciplinas. São na sua maioria sociólogos, a exemplo dos brasileiros José A. Moysés, José de S. Martins, Maria da Glória Gohn e Ana Clara T. Ribeiro e europeus como Manuel Castells e Jean Lojkine.

O levantamento do material bibliográfico utilizado para a fundamentação da reflexão que hora se realiza se pautou na relevância que os periódicos possuem no interior de nossa disciplina, por agregar textos que sintetizaram as tendências teóricas e temáticas do momento. Os artigos de periódicos são importantes por representarem o estágio inicial das pesquisas e suas tendências teórico-metodológicas, já que os livros só são publicados depois que as ideias já estão mais bem definidas. De acordo com nossas pesquisas realizadas em alguns dos principais periódicos, constata-se que não houve estudos que elegessem os movimentos sociais como objeto principal nas décadas de 1960 e 1970, nem a divulgação de pesquisas. Os periódicos examinados referentes a este período foram: o Boletim Paulista de Geografia (BPG), organizado pela Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) e a Revista Brasileira de Geografia, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram consultados somente os artigos associados à temática socioeconômica, sendo descartados aqueles que tratavam estritamente de questões ambientais ou físicas.

Nas duas revistas, no período em questão, não houve nenhum artigo publicado sobre movimentos sociais. Os temas predominantes são: processo de urbanização; funções regionais e zonas de influência; projeção espacial de cidades em área de influência; regiões polarizadas e homogêneas; estudo de centros industriais; definição estatística de regiões agrícolas; metodologia para tipologia em agricultura; dimensões de diferenciação de cidades; padrões de utilização da terra; localidades centrais; classificações espaciais e regionalização; análise regional e planejamento econômico; correntes migratórias e crescimento urbano; desenvolvimento agrícola; desigualdade de renda; agricultura e capital; mapeamento de informações geográficas; distribuição de densidades demográficas; aglomerações urbanas; epistemologia e Nova Geografia; delimitação de centros intra-urbanos; desequilíbrios regionais; redes de localidades centrais; modernização agrícola e cartografia.

De 1970 a 1980, toda agitação do contexto de abertura política brasileira havia gerado um otimismo naqueles setores da sociedade que almejavam por mudanças políticas e sociais. No campo teórico, surgiram os primeiros ensaios no sentido de se desenvolver um novo modelo explicativo que pudesse interpretar as especificidades das mobilizações emergentes, e que, ao mesmo tempo, permitisse um entendimento ampliado do sindicalismo nascente. O movimento sindical e o conjunto das ações coletivas que ocorriam, principalmente nas metrópoles, foram analisados a partir do paradigma marxista clássico das lutas de classe e da relação classe-Estado. Não obstante a essa influência marxista, os quadros

explicativos que surgiram ampliaram as perspectivas para além das análises da inserção dos sujeitos no sistema de produção, apontando as potencialidades geradoras da transformação a partir da inserção dos setores mobilizados na esfera da reprodução social. Este é o caso dos estudos acerca das Associações de Moradores.

A produção geográfica naquele momento foi marcada pelas seguintes características: **a)** Uma marcante segmentação da base de referência empírica das pesquisas e das teorizações: o urbano e o rural. Mesmo com o afloramento de um conjunto diverso de mobilizações sociais, a tendência à segmentação levou às especializações temáticas, ancoradas em recortes paradigmáticos próprios; **b)** Na década de 1980, as pesquisas sobre movimentos sociais urbanos foram predominantes, principalmente os estudos de casos. A escala nas análises coincide com a base de referência territorial (recorte), suas reivindicações estão voltadas quase que exclusivamente para o Estado; **c)** As pesquisas sobre movimentos sociais rurais são marcadas por um alto grau de generalidade, alguns estudos ignoram as especificidades dos casos, que, quase sempre, acabavam reduzidos ou enquadrados num modelo paradigmático único e hegemônico no interior do debate acadêmico; e **d)** Por último, destacamos a ausência de construções teórico-conceituais que permitissem inserir os movimentos sociais no quadro analítico específico da Geografia. A timidez dos geógrafos teve como consequência uma grande influência de autores advindos de outras ciências.

Na década de 1980 e início da década de 1990, esteve ausente do debate geográfico uma postura mais propositiva do ponto de vista teórico-conceitual. A exceção fica por conta da crítica um pouco mais profunda realizada por Marcelo Lopes de Souza, em 1986; e que resultou numa abordagem mais complexa dos movimentos sociais no que se refere ao aspecto conceitual, como por exemplo, a distinção entre movimentos sociais e ativismos, formulada por ele.

OS PERIÓDICOS NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990: DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO TEMA

A respeito da produção geográfica publicada em periódicos nas décadas de 1980 e 1990, selecionamos as seguintes revistas de veiculação nacional; o Boletim Paulista de Geografia (BPG), o Boletim de Geografia Teórica (BGT), o Boletim Goiano de Geografia (BGG), o caderno Prudentino de Geografia (CPG) e a revista Terra Livre (TL). Acreditamos que esses periódicos representem as tendências teóricas e temáticas da Geografia brasileira na década de 1980.

No BGT, a presença de trabalhos sobre movimentos sociais se deu associada a alguma ocasião específica e/ou de maneira esporádica e isolada, no interior de edições voltadas para outras temáticas, como por exemplo, o número 42, de 1992, voltado para a publicação dos trabalhos apresentados no II Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Esta edição publicou um conjunto de artigos voltados exclusivamente para a temática dos movimentos sociais urbanos, discutidos na mesa redonda “Cidades e Movimentos Sociais”. Muitos autores destes artigos haviam concluído seus trabalhos de Pós-Graduação no final da década de 1980, a exemplo de Silva (1987) e Rodrigues (1988). Nos textos, de maneira geral, predominou uma visão ampla sobre os problemas resultantes da ação dos agentes capitalistas no processo de mercantilização do espaço urbano, das intervenções estatais (privilegiando as classes dominantes) e a ação dos movimentos sociais concebidos como resposta às desigualdades geradas no âmbito desse processo.

Ainda com relação ao BGT, os números 49-50, de 1995, trouxeram um conjunto de artigos resultantes dos trabalhos apresentados no XII Encontro Nacional de Geografia Agrária, onde figura textos como o de Roberto Maria Batista de Figueiredo, intitulado: “Conflitos de terra na área de influência do Projeto Ferro-Carajás em Parauapebas -PA” (pp. 639-646) e o de Mirian Claudia Lourenço Simonetti, intitulado: “A luta pela terra como luta sócio-ambiental” (pp. 495-508).

O BGG (n. 09-10), de 1990, é um exemplo de publicação que não obteve uma ampla circulação no território nacional nesse período. No texto de título: “Associação das Vítimas

do Césio 137: identidade e diversidade de um movimento social”, suas autoras, Clyce Louise Wiederhecker e Elza Guedes Chaves, buscaram relacionar o acidente com o césio 137, ocorrido em Goiânia em 1987, com problemas de ordem conjuntural e estrutural, como por exemplo, o processo de militarização do uso da energia nuclear no país, que vigorava naquele momento, e o processo de segregação socioespacial, reflexo da mercantilização do espaço urbano na sociedade capitalista. Duas conclusões ficam evidentes: a desvalorização da área afetada e, junto a esta, a edificação no imaginário da população de uma concepção estigmatizada do fato ocorrido e do espaço onde ocorreu.

Esse artigo é um importante exemplo de estudo sobre movimentos sociais que não obteve uma ampla divulgação, talvez, porque não teve como veículo um periódico de circulação nacional, mas que nem por isso manteve-se isolado do movimento geral de desenvolvimento da temática. Todas as características da forma de tratamento dispensada aos movimentos sociais por geógrafos na década de 1980 estão presentes no nesse artigo. Como por exemplo: a utilização de referenciais teóricos estrangeiros à Geografia (cabe lembrar que Elza Guedes Chaves é formada em sociologia), a inserção da mobilização estudada no campo dos movimentos sociais urbanos, a ausência de propostas teóricas e conceituais, a visão classista da produção do espaço, o problema da base social do movimento e de sua constituição, enfim, todos podem ser considerados como questões comuns aos estudos pioneiros dos movimentos sociais da geografia nacional na década de 1980.

No período analisado, o BPG foi o responsável pelas primeiras publicações sobre movimentos sociais num periódico específico de Geografia. O número 57, de 1980, apresenta o texto de Myrna T. Rego Viana intitulado “Algumas reflexões sobre a luta pela terra nas cidades”. Talvez esse seja o primeiro artigo sobre movimentos sociais escrito por um geógrafo publicado em periódicos de Geografia no país. Este texto também é publicado no livro organizado por Ruy Moreira “Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão” do mesmo ano; este livro também trás o artigo “Movimentos Sociais Urbanos: algumas reflexões”, da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro.

Nesse texto, Viana (1980) tem como ponto de partida uma análise do diferencial do desenvolvimento urbano nos países do Terceiro Mundo, que se baseou no intenso movimento migratório das populações rurais para as cidades em busca de melhores condições de vida, mas que, via de regra, acabam por engrossar as fileiras dos subempregados ou desempregados já que a economia da cidade não suporta o excesso de contingente. O processo migratório é provocado, sobretudo, pela expansão do capitalismo no campo, a má distribuição de renda nacional (baixa renda) e o arrocho salarial; nesse contexto, a falta de moradia intensifica ainda mais a situação de marginalização das populações obrigando-as a adotarem medidas específicas na luta pela terra, as ocupações (a autora utiliza o termo invasão) urbanas constituem-se em apenas um dos exemplos das alternativas utilizadas. A autora trabalha com a noção de *exército de reserva*, que diz respeito àquele contingente que, devido à intensificação da acumulação de capital, fica de fora do processo produtivo, sendo desprezada pelo capital industrial.

O Boletim Paulista de Geografia n. 60, publicado em 1984, traz um texto que trata mais detalhadamente do tema movimentos sociais. Ele aborda, de forma similar a Viana (1980) e Ribeiro (1980), as consequências da expansão do capital, mas agora, no campo brasileiro, manifestado pelo crescente nível de exploração do trabalhador rural. O mesmo exemplar trás um texto de Ariovaldo U. Oliveira (1984), intitulado: “‘Aos trabalhadores nem o bagaço’ ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais”², aborda a contradição capital-trabalho nos canaviais e laranjais no interior de São Paulo; nesse embate, o autor destaca uma manifestação de resistência que ocorreu na forma de uma greve no município de Guariba, na ocasião em que os usineiros da região de Ribeirão Preto alteraram o sistema de corte da cana de cinco para sete ruas, aumentando consideravelmente a jornada de trabalho dos cortadores sem o respectivo reajuste salarial.

Para o autor, umas das particularidades do avanço das relações capitalistas de pro-

² Texto também apresentado no IV Congresso Brasileiro de Geógrafos em 1984, ocorrido em São Paulo.

dução no território rural brasileiro é a manifestação cruel da extração da mais-valia absoluta, ao mesmo tempo em que esta se mistura com a mais-valia relativa. Dessa forma, o trabalho no território rural passa a ser marcado pela dilatação da jornada de trabalho e intensificação de seu ritmo, do pagamento por produção e do decréscimo real do valor dos salários, e, num âmbito mais geral, o descumprimento de direitos trabalhistas. Estas são as estratégias do capital na busca pela intensificação da acumulação, ao trabalhador restando ao trabalhador a organização e a luta no campo das relações de trabalho, isso porque o autor enfoca a organização sindical numa clara inserção à tradição marxista. No texto, Oliveira não deixa claro se considera o sindicato como um movimento social. Na verdade seu foco é a luta dos trabalhadores baseada na greve que é a manifestação da ofensiva dos trabalhadores com relação à intensificação da exploração do trabalho pelo capital.

No BPG n. 62, publicado em 1985, tem-se a publicação de dois importantes artigos em que um deles trata mais diretamente dos problemas relacionados aos movimentos sociais numa perspectiva teórica. Seus autores não são geógrafos, mas sim sociólogos, são eles, L. A. Machado Silva e Ana Clara T. Ribeiro (1985)³. O segundo é o texto de Samira Peduti Kahil, intitulado, “A Luta dos Posseiros em Lagoa São Paulo: a dialética da construção/destruição do território para o trabalho livre”. O texto aborda o embate histórico entre os posseiros na Reserva da Lagoa São Paulo no município de Presidente Epitácio/SP, criada na década de 1940. Kahil (1985) aponta que ao longo do povoamento da região do Pontal, posseiros e sitiantes foram expulsos das terras pelos grileiros recém chegados. No entanto, num momento posterior, esses ex-posseiros e sitiantes voltaram às áreas como trabalhadores das fazendas, na condição de arrendatários e, durante as décadas de 1960 e 1970, esses sujeitos tornaram-se novamente posseiros, formando as glebas no interior das fazendas intensificando o processo de lutas. A relevância do trabalho de Kahil (1984) reside no fato dele ter sido um pioneiro no tratamento de movimentos sociais e, também, na adoção de um referencial marxista para a análise desse objeto. Se o movimento de resistência dos posseiros não constitui um movimento social camponês da mesma estrutura e alcance dos movimentos atuais, a exemplo do MST e de outros, é porque ele surge num contexto sócioespacial localizado, contudo, é representativo do conflito entre classes basilares à sociedade capitalista.

O CPG, ao longo das décadas de 1980 e 1990, publicou de forma esporádica alguns artigos que abordaram os movimentos sociais. Mas foi na edição 19/20, de 1997, que o trabalho de Jean Yves Martin, “A geograficidade dos movimentos sociais” é publicado, contendo os apontamentos iniciais de sua formulação sobre movimentos socioespaciais. Neste texto, a espacialização é compreendida como um processo complexo de produção e criação de espaços, assim como, das relações que estabelecem seus limites. O espaço é transformado em território por meio das transformações nas relações sociais. A espacialização não compreende apenas a apropriação de determinadas porções do campo e da cidade, mas, envolve a instauração de novas formas de uso; novas formas de relação entre sociedade e natureza; novas formas de organização social e novos projetos de uso de um espaço que se torna, assim, território. Para o autor, os movimentos socioespaciais seriam formas de mobilização social. Sua espacialidade está vinculada a sua capacidade de gerir determinadas demandas no âmbito de um determinado espaço, sem buscar introduzir nenhum elemento novo, seja material ou imaterial. Um movimento socioterritorial, por outro lado, é uma organização que tem como objetivo criar as capacidades de introduzir novas formas de apropriação e uso dos territórios. Seu objetivo é a instauração de uma nova territorialidade.

A REVISTA TERRA LIVRE

Na segunda metade da década de 1980, a Geografia nacional passou a contar com

³ Vale lembrar que no 4º ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, realizado no Rio de Janeiro em 1980, Ana Clara T. Ribeiro apresentou um trabalho com o título “Movimentos sociais urbanos – algumas reflexões”, o que demonstra a marcante presença da socióloga no campo da Geografia brasileira.

...aquele que passaria a ser um dos grandes representantes de sua produção científica, a revista Terra Livre. Periódico que ajudou a sedimentar os estudos geográficos acerca dos movimentos sociais por meio de sua circulação nacional e por ser editado pela AGB, maior entidade representativa dos geógrafos brasileiros. Os artigos publicados sobre o tema atingiram uma maior quantidade de leitores, isso explica a relevância que os movimentos sociais passaram a ter durante a década de 1990. No plano teórico, esta relevância caminhou rumo a uma maior acuidade no tratamento conceitual que foi dispensado aos movimentos sociais, com propostas de abordagens significativas, consubstanciadas na realidade.

Melo e Silva (2007) mostram o quanto os movimentos sociais constituíram-se uma temática tímida no campo das pesquisas, tanto na Geografia quanto na Sociologia. As autoras realizaram uma pesquisa nos artigos publicados pela Terra Livre (TL) e pela revista Tempo Social (TS), organizada pelo Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. O período compreendido pela pesquisa inicia-se no ano de publicação dos primeiros números das revistas, 1986 para a TL e 1989 para a TS, até 2005. Os dois periódicos representam, nos termos das autoras, as *sínteses de pensamentos* das duas ciências. Segundo elas, os movimentos sociais, tomados como tema, tiveram pouca presença se comparados com artigos de outras temáticas. As autoras afirmam que, na Geografia brasileira, a revista TL vem sendo um dos importantes espaços nos quais os geógrafos expõem suas conclusões a respeito dos movimentos sociais, com destaque para os estudos acerca dos movimentos sociais que atuam no campo, vinculados com a temática da reforma agrária.

Esta é uma importante constatação, pois, de fato, os movimentos sociais estão diretamente relacionados às pesquisas sobre o campo brasileiro, numa inversão com relação ao início das pesquisas realizadas na década de 1980, na qual predominaram os estudos acerca dos movimentos sociais associados ao espaço urbano. Os temas urbanos compreenderam a 6,8% dos artigos publicados. Percentual superior aos 4,7% dos temas rurais, contudo, os movimentos sociais aparecem vinculados mais à temática rural, enquanto que na temática urbana, as questões correntes são: segregação, metropolização e urbanização brasileira. Dos estudos realizados na temática rural, os movimentos sociais correspondem a 31%. Este fato pode ser explicado por diversos fatores: um deles é a grande expressividade que os movimentos camponeses ganharam no cenário nacional nas décadas de 1990 e 2000, especialmente a partir do espaço amplo que o MST conquistou no quadro dos conflitos sociais no país. Outro fator se deve a estreita relação dos movimentos sociais com outros temas pertinentes à problemática rural, a exemplo do Desenvolvimento Rural e da Reforma Agrária.

Já em seu primeiro número, a revista é publicada com o título “Avaliação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)”. O destaque fica por conta do artigo de Ruy Moreira, intitulado “Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão”. Tal artigo não trata diretamente da temática dos movimentos sociais, mas insere sua discussão junto à luta política pela Reforma Agrária no contexto de crise do modelo de desenvolvimento capitalista, que vigorara, especialmente no campo brasileiro, até meados da década de 1980. O texto de Moreira não trata diretamente dos movimentos sociais, mas elabora um quadro histórico e geográfico que revela um processo de espacialidade diferencial progressivo, baseado na usurpação da autonomia do campesinato pelo capital, e que tem como resultado, o acirramento da luta de classes no Brasil.

O número 04 da revista foi publicado em 1988, com o título: “Geografia e Lutas Sociais”. Esse título nos leva a concluir que sua proposta era realizar uma discussão vertical sobre o tema que ainda se encontrava em situação de emergência na Geografia, o que, na nossa concepção, não foi concretizado, já que dos sete artigos trazidos pela revista somente dois trataram mais diretamente de experiências de lutas sociais, os demais temas são: ensino, ecodesenvolvimento, espaço brasileiro e relação espaço/tempo. O destaque fica por conta do texto de Nelson Rego intitulado “A experiência de autogestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e o seu significado para o Movimento dos Sem-Terra”. Esse texto não trata diretamente de um movimento social e das questões que envolvem sua prática, nem de sua natureza e estrutura, mas explorou um exemplo de estratégia de reprodução social com base em um elevado nível de autonomia: que foi a experiência dos camponeses da Associação de Agricultores de Nova Ronda Alta, no município de Ronda

Alta, localizado no estado do Rio Grande do Sul. O autor concebe esse caso como um exemplo que deve servir de orientação para a viabilização dos assentamentos do MST, mais especificamente, no caso das 300 famílias acampadas nas terras Annoni, vizinhas à Ronda Alta.

O número 6 da revista, publicado em 1989, com o título de “Território e cidadania: da luta pela terra ao direito à vida”, apresenta dois artigos que tratam especificamente sobre movimentos sociais: um deles dá enfoque à luta histórica ocorrida no estado de Goiás entre as décadas de 1959 e 1960 que ficou conhecida como O movimento camponês de Formoso e Trombas; o outro, intitulado “O Movimento Sem Terra de Sumaré: espaço de conscientização e de luta pela posse de terra”, chama nossa atenção por se tratar de um evento mais próximo do ponto de vista histórico. Seu autor, Luiz Carlos Tarelho, realiza uma reflexão da experiência popular ocorrida no final do ano de 1983, na cidade de Sumaré, situada na região de Campinas – SP. No texto, o autor expõe a ação do grupo de trabalhadores que passou a se autodenominar de “Os Sem-Terra de Sumaré”. As ocupações realizadas pelos trabalhadores são interpretadas como forma de conquista da terra, meio pelo qual os trabalhadores buscaram superar a situação de miséria e de exclusão social imputadas pela lógica excludente do capitalismo. O autor destaca o papel dessa experiência como exemplo para outras ações de ocupação, surgindo, a partir dela, um número maior de movimentos camponeses.

De 1990 a 2002, período que compreende os números 07 a 18, os movimentos sociais pouco apareceram como tema de artigos publicados pela revista TL. Na edição de número 15, de 2000, é publicado o artigo “Movimento social como categoria geográfica”, de Bernardo Mançano Fernandes, texto que inova o tratamento dado aos movimentos sociais, justamente por dar o primeiro passo em direção a uma teorização autenticamente geográfica ao tema. Neste artigo, estão sintetizados os pressupostos e as hipóteses defendidas em trabalhos anteriores, como em Fernandes (1996) e Fernandes (1999). Os trabalhos citados, em conjunto, constituem a base teórica e argumentativa dos conceitos de movimento socioespacial e socioterritorial.

O número 19, publicado em 2002, é dedicado à publicação de artigos sobre os movimentos sociais e as contribuições teóricas de seus estudos para o campo da pesquisa geográfica. Esta edição tem como título: “Geografia, movimentos sociais e teoria”, e contém 17 artigos, dos quais, 13 abordam de forma direta ou indireta os movimentos sociais e/ou questões transversais a eles. Um exemplo é o artigo de Tânia Paula da Silva, que enfoca os fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola implementado pelos assentados vinculados ao MST. Da importante contribuição dada por esta edição aos estudos geográficos dos movimentos sociais, destacamos o texto de Jean Yves Martin: “Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST”.

Nesse texto, o autor se contrapõe ao discurso neoliberal sobre o fim da Geografia assim como o da história, discurso esse que pretende tornar-se hegemônico. Para Martin (2002), a Geografia já dispõe de um conjunto de conhecimentos que se destaca no conjunto das demais ciências, principalmente no que se refere à elaboração de um paradigma capaz de compreender as mudanças sociais e territoriais contemporâneas. Atualmente, a mobilização popular que se desenvolve na forma de movimento social possui um caráter territorial radical. Nesse sentido, o MST é portador de uma radicalidade específica, fundada na territorialidade camponesa, cuja existência depende da reprodução de seu território, por isso, o território é seu trunfo. Para consubstanciar suas formulações, o autor faz uma explanação a respeito das diferenças que existem entre o processo de espacialização e o processo de territorialização. O primeiro trata-se da constituição do espaço tal como ele é, já o segundo, é constituído a partir de novas territorialidades que *transgridem e ultrapassam*, mesmo que de forma tímida, *as estruturas herdadas do espaço geográfico* (MARTIN, 2002:23). Em sua conceituação, notamos a influência das ideias de Claude Raffestin, principalmente da sua concepção de formação do território a partir do espaço, já que o território, na concepção raffestniana, toma forma a partir das inscrições das relações de poder sobre o geográfico (RAFFESTIN, 1993).

Um movimento social pode se compor enquanto movimento socioespacial se no pro-

cesso de sua constituição ele se inscrever nas estruturas espaciais já existentes, sem, necessariamente, colocá-las em questão. Para nós, um importante exemplo de movimento socioespacial é o sindicato, que tem nas relações de trabalho seu alvo de politização e uma inscrição no espaço que, de acordo com a legislação brasileira (art. 8º, inciso II da Constituição Federal), se dá em bases municipais. Mesmo o MST pode ser considerado um movimento socioespacial, se sua ação não ultrapassar seu caráter espacializador, a saber, a forma pela qual o movimento se distribui pelo espaço nacional. No que se refere à natureza territorial e territorializante dos movimentos sociais, que podem ser considerados socioterritoriais, deve-se, num primeiro momento, considerar a lógica de expropriação que faz com que esses movimentos tenham a ocupação como estratégia de resistência. Esse fato decorre do questionamento que a ocupação impõe, no nível local, a uma ordem estabelecida por processos que estão organicamente vinculados ao desenvolvimento mais amplo do território do capital.

A ocupação corresponde a um conjunto de práticas sociais que constroem e estruturam o movimento socioterritorial. A ocupação é, portanto, uma prática definidora do movimento socioterritorial. Citando Fernandes (2000), Martin afirma que as ocupações agrupam famílias de várias partes do país, rompendo com o localismo e com os interesses que visam dificultam a ampliação da luta dos trabalhadores. Ao contrário dos sindicatos, que ficam restritos a uma base municipal, o MST, entendido como um movimento socioterritorial, realiza a combinação de dois processos diferentes, mas que são indissociáveis no desenvolvimento da participação política: a espacialização e a territorialização. A luta local se vincula com a luta nacional no processo de territorialização.

OS ESTUDOS PROPOSITIVOS: AS GEO-GRÁFIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Na segunda metade da década de 1990 e na década atual, importantes contribuições foram dadas no campo das propostas geográficas para a análise dos movimentos sociais. A partir desse momento, vamos detalhar os trabalhos de três autores que se propõem a elaborar categorias de análise dos movimentos sociais tendo como ponto de partida o pensamento geográfico. O primeiro deles é Carlos Walter Porto Gonçalves.

A R-EXISTÊNCIA E O TERRITÓRIO COMO EPICENTRO DA IDENTIDADE

Nos estudos de Gonçalves, o território é concebido com o espaço representado e apropriado. A territorialização refere-se ao processo pelo qual se torna concreta a apropriação política do espaço, resultando na tarefa da administração e no exercício do comando. Esse conjunto de ações tem a haver com o exercício da delimitação e repartição, da classificação, da defesa e conservação, da habitação, do uso e da identificação. Considerado como uma representação social do espaço fixado e de ação, o território dá conteúdo à existência de sujeitos individuais e coletivos. Apropriado, traçado, percorrido e delimitado, o território é constituído a partir do comando de um sujeito individual ou coletivo, marcado pela identidade de sua presença e, conseqüentemente, indissociável da sua capacidade de domínio e de poder.

Não existe território sem o sujeito da apropriação assim como não é possível a delimitação do eu sem a distinção em relação ao outro. As produções espaciais e territoriais (materiais e simbólicas) se concretizam ao erigir os marcos e limites. Tais produções são fatores ativos de identificação e representação que faz do território um *significante* de identidade individual ou coletiva. No caso dos movimentos sociais, analisados pelo autor, essa territorialidade expressa uma militância, um ativismo do processo de identificação que evidencia o reconhecimento. Em suma, a existência do território está ligada aos emblemas identificadores de sua ocupação (apropriação), por meio do qual os grupos humanos preservam e reproduzem suas particularidades, concretizando-se material e/ou simbolicamente sua identidade.

O contexto da análise de Gonçalves (1999) é o avanço da fronteira econômica sobre a

Amazônia, que tendeu a uma profunda mudança nos padrões fundiários e na forma de apropriação da terra e dos recursos naturais da região. A terra deixa de ter somente um valor de uso e passa a ter um valor de troca, dando um novo dinamismo ao mercado de terras. O autor aponta que o complexo seringal não era um lugar meramente ocupado por grupos de pessoas que viviam da produção de borracha, mas era, também, um lugar habitado, *habitat* e *habitus*, sendo, portanto, *lócus* de conformação de subjetividades. As formulações de Pierre Bourdieu são utilizadas como um instrumento conceitual que contribui para a compreensão das relações entre: os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos no processo de formação das identidades. Nesse contexto, as territorialidades vão se confrontar num quadro conflituoso no qual a identidade territorial será o substrato das potencialidades mobilizadoras dos seringueiros. O conflito se constitui na ocasião dessa conformação identitária, que é a um só tempo, de caráter político e cultural.

A Reserva Extrativista é apontada pelo autor como expressão complexa da legitimidade alcançada pelo movimento dos seringueiros. Por trás dessa materialidade, expressa na forma dos limites impostos pela lei que a instituiu, existe um processo instituinte com sujeitos concretos, estes são os seringueiros e caboclos, numa conformação identitária cultural e política que começa a se formar no momento em que a territorialidade seringalista deixa de se impor. O antigo quadro de tensão de territorialidades que vigorou na sociedade e no espaço acreano até a década de 1970, caracterizado pelo embate entre a territorialidade dos seringalistas e a territorialidade dos seringueiros autônomos, se alterou. Restou, aos últimos, reterritorializar-se num novo quadro de conflitos, tendo, como antagonistas, os novos sujeitos vindos do Sul. Tais alterações no plano socioespacial implicaram no aprofundamento dos processos de des-territorialização e subalternização das comunidades tradicionais da Amazônia. A partir de então, teve início uma nova *geo-grafia* na Amazônia, caracterizada pelo surgimento dos movimentos sociais que lutam pela afirmação das territorialidades e identidades territoriais. Este é o pano de fundo do processo que afirma a *r-existência* das comunidades tradicionais.

Os movimentos sociais de *r-existência*, segundo Gonçalves (2001), lutam para *resistir* aos que exploram, dominam e estigmatizam essas comunidades, mas também, por uma determinada forma de *existência*. A construção das identidades coletivas surgidas das velhas condições socioespaciais, remete diretamente a uma determinada relação com a natureza (seringueiro, castanheiro, pescador) ou, ainda, expressa uma condição derivada da própria ação dos chamados “grandes projetos” implantados na região, como estradas, hidrelétricas, projetos de mineração, entre outros (“atingido”, “assentado”, “deslocado”). A constituição desse sujeito se dá nas e pelas lutas de afirmação de suas identidades culturais e políticas. Fundadas na territorialidade, são lutas pela afirmação de suas identidades territoriais. Em suma, a formação do sujeito da resistência se dá no percurso da luta para afirmar um determinado modo de ser, de existir, daí o autor utilizar o termo *r-existência*, compreendendo dois processos indissociáveis, o da formação da identidade e o da mobilização política.

O RACIOCÍNIO CENTRADO NO ESPAÇO

Outro autor que, nos últimos anos, vêm propondo uma maior problematização do conceito de movimento social, com o objetivo de firmar *o lugar do espaço no conjunto da teoria social crítica* é Renato Emerson dos Santos. No início desse capítulo, apresentamos de forma concisa uma sistematização realizada por ele em sua tese de doutorado, defendida em 2006. Nela são reunidos, em três abordagens, os principais trabalhos realizados na Geografia que tiveram os movimentos sociais como objeto de estudo e proposta teórica. No que se refere à apreensão das espacialidades dos movimentos sociais, o autor aponta que é no cotidiano que se processa a construção do quadro de referência dos movimentos sociais. Este quadro é indicativo de que: a ação política dos movimentos sociais atuais tem o espaço como um de seus elementos estratégicos fundamentais.

A ação dos movimentos sociais traz em si um conjunto complexo de elementos, a

partir do qual é possível realizar uma leitura por meio dos *raciocínios centrados no espaço*. Ao cunhar este termo, acreditamos que o autor esteja buscando valorizar um caminho metodológico de análise dos movimentos sociais no qual a Geografia possa se pautar. Isso se deve ao fato de que Santos (2006) não tem como objetivo mostrar que um número determinado de experiências de movimentos sociais seja o portador exclusivo de uma natureza geográfica; a exemplo da abordagem de Gonçalves com relação ao movimento de seringueiros e caboclos. Mas tem como foco, a sustentação de que a Geografia pode ser um ponto de vista do qual se podem partir os estudos dos mais variados movimentos sociais. Nesse sentido, a Geografia contribuiria na análise dos movimentos sociais por meio de seu ponto de vista específico. A espacialidade seria, assim, uma qualidade inerente a qualquer expressão de movimento social. Sendo que, caberia à Geografia, por meio de seu *raciocínio centrado no espaço*, qualificar a espacialidade contida.

Santos (2006) aponta oito possíveis dimensões espaciais que o *raciocínio centrado no espaço* deve considerar e que sustentam a interpretação dos movimentos sociais. São elas:

a) *A materialização/manifestação*: representa a cartografia do movimento social em ação, compreendendo as diferentes formas pela qual o movimento se torna presente num determinado ponto do espaço e do tempo. Essa dimensão mostra o quão são importantes os locais onde o movimento ocorre, podendo ser as sedes, os acampamentos, as ocupações, os locais onde ocorrem manifestações públicas, ou seja, os lugares onde o movimento instaura ações de combate e conflito.

b) *Os recortes espaciais e as construções identitárias*: abarca um conjunto de movimentos cuja mobilização está baseada em algum recorte espacial específico, como fator enunciado de conformação identitária. Como exemplo de ação que têm essa dimensão bem evidente é o Associativismo de Bairro.

c) *Território e territorialidades*: compreende o conjunto das lutas que têm nas territorialidades as relações e os embates sociais que constroem seus sujeitos, suas identidades e sua condição de existência, a exemplo dos seringueiros analisados por Carlos W. P. Gonçalves. Neste caso, a territorialidade não se vincula ao recorte territorial.

d) *Ação e temário, agendas*: abarca as problemáticas mobilizadas nas agendas dos movimentos sociais e os debates espaciais da definição de suas ações. Corresponde aos discursos contidos nas agendas dos movimentos.

e) *Ação e interlocutores*: esta dimensão compreende o problema das escalas. Estas são um referencial decisivo para a compreensão e para a ação dos atores políticos. Há atores locais, regionais e globais. Os interlocutores dos movimentos a exemplo do Estado, das grandes corporações, das ONGs. Cada um tem sua escala de ação. A escala condiciona a estratégia de ação e estabelece seus interlocutores.

f) *A ação e desdobramentos, impactos, efeitos, causas, origem*: diz respeito à qual a porção do espaço é impactada pela ação de um movimento, ou, por um ato e/ou quais as configurações escalares dos fatores que condicionam um fenômeno ou uma ação num movimento.

g) *As esferas institucionais como distintas dimensões espaço-temporais*: abarca as disputas e os jogos de poder que constituem campos de conflitividade internos ao movimento, o autor propõe que o próprio movimento pode ser entendido como um campo de conflitividade.

h) *Os sujeitos da construção dos movimentos e suas experiências espaciais do fazer político*: diz respeito a importância das escalas e arenas onde são construídos os sujeitos do movimento.

Este esquema analítico que tem como objetivo inspirar novos estudos e devem contribuir para que o analista possa elaborar uma leitura das diferentes formas de ação política, convergentes na construção dos movimentos sociais a *partir do espaço*. O autor denomina de *raciocínio centrado no espaço*, a tarefa de interpretar as relações que estruturam o intrincado universo dos movimentos sociais baseada nos conceitos da análise espacial. As experiências sociais e de poder também são experiências espaciais, assim, estar atento às espacialidades e suas dimensões consiste em considerar o movimento para além de sua mera materialização. É preciso conceber a dinâmica do movimento, considerando sua orga-

nização enquanto uma organização espacial das experiências do fazer político. Desse modo, o espaço alcança uma experiência capaz de condicionar os *códigos, comportamentos, práticas e normas de condutas dos sujeitos que formam os movimentos* (SANTOS, 2006: 23).

Para consubstanciar suas formulações, o autor analisa o movimento PVNC - Pré-Vestibular para Negros e Carentes, da Baixada Fluminense, como exemplo de experiência concreta. A história do PVNC constitui um processo de construção, ampliação e enfraquecimento de fortes redes de solidariedade. Criado em 1993, numa região da periferia do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense, o movimento surgiu com o objetivo de preparar a população negra e pobre para os exames de seleção em universidades. Em muito pouco tempo de existência, tornou-se um dos mais importantes movimentos sociais no campo da luta antirracismo no Brasil. Santos se esforça para elaborar um quadro analítico que valide o conhecimento geográfico como conhecimento capaz de abordar os movimentos sociais. Com a perspectiva do *raciocínio centrado no espaço*, ele diferencia duas formas de abordagem - o *pensar sobre o espaço* e o *pensar a partir do espaço*. Na primeira, o enfoque é dado sobre as *grafagens* que o movimento inscreve no espaço (na estruturação do espaço); a segunda, busca-se desvendar os jogos de poder que são refletidos a partir do espaço. Desta forma, o espaço pode ser concebido como estrutura e como experiência, sua organização não é apenas reflexo, mas um instrumento e objeto de embate. Sendo, então, uma “estrutura estruturante”.

A Abordagem Socioterritorial

O geógrafo brasileiro Bernardo Mançano Fernandes, junto a Jean Yves-Martin, elaborou o conceito de movimento socioterritorial depois de acumular uma significativa experiência junto ao estudo dos movimentos sociais. Vamos tratar o conjunto dos trabalhos de Fernandes e Martin com a denominação de *Abordagem Socioterritorial*. As primeiras tentativas de se elaborar um maior detalhamento acerca dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais estão presentes em Fernandes (1996 e 1999) e Martin (1997 e 1998). Um movimento socioterritorial, a exemplo dos movimentos de sem-terra e sem tetos, tem como um de seus principais objetivos a conquista do território. Sua forma de realização se dá, sobretudo, por meio de uma ação denominada ocupação. A ocupação compreende um processo social e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência às lógicas hegemônicas de reprodução da sociedade e, por consequência, do espaço. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos desterritorializados.

Os movimentos socioespaciais são formas de mobilização social. Sua espacialidade está vinculada a sua capacidade de gerir determinadas demandas no âmbito de um determinado espaço, sem buscar introduzir nenhum elemento novo, seja material ou imaterial. Um movimento socioterritorial, por outro lado, é uma organização que tem como objetivo criar as capacidades de introduzir novas formas de apropriação e uso dos territórios. Seu objetivo é a instauração de uma nova territorialidade. Mesmo limitadas e/ou estritamente localizadas, essas novas territorialidades implicam em transformações nas relações sociais e na configuração dos lugares. Na constituição do território, o espaço é apropriado de forma a fazer dele o espaço da ação. Este espaço é formado por seus participantes, líderes e mediadores, todos eles, sujeitos da ação política que tem na sua territorialidade a legitimação de sua ação.

Todo movimento socioterritorial é ao mesmo tempo um movimento pela autodefinição. Busca-se afirmar uma representação de si mesmo, como indivíduo ou grupo, que se apropria de um espaço. Esta autodefinição constitui-se dentro de um espaço maior, onde as relações de poder estão arranjadas de forma a dar sentido ao ordenamento no território. Impor sua territorialidade, imprimir no espaço o conjunto de seus valores, ideias e vontades, faz com que a conquista do território seja um trunfo para os movimentos socioterritoriais. O espaço torna-se trunfo ao tornar-se território, nesse processo, ele é a base da criação e recriação das experiências de resistência e transformação das relações sociais. É praticamente impossível separar a experiência de resistência das territorialidades, sendo possível

falarmos em uma territorialidade resistente, tal como nos mostra os trabalhos de Gonçalves (1999 e 2000).

As ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais expressam um momento do permanente processo de re-ordenamento da sociedade brasileira. Como implicação disso, põe em causa suas relações e arranjos políticos. As ocupações resultam do processo de questionamento das relações sociais hegemônicas. Uma ocupação é uma ação complexa, e constitui um dos principais fatores definidores de um movimento socioterritorial. Movimentos sociais como o movimento feminista, os movimentos anti-racistas, o movimento pelo reconhecimento dos homossexuais e os sindicatos, possuem uma espacialidade, de forma que, para eles, a denominação de movimentos socioespaciais é adequada. O sindicato, por exemplo, possui uma base territorial de jurisdição na qual pode instituir delegacias ou seções, para assistir os associados e a categoria econômica ou profissional representada. O movimento pelo reconhecimento dos homossexuais tem nas passeatas (as chamadas “passeatas gays”) uma das formas mais expressivas de dar visibilidade à suas demandas e sabemos toda passeata constitui na tomada momentânea de certa parcela do espaço.

Contudo, em nenhum dos casos o espaço constitui um elemento basilar da própria identidade. Sem terras e sem tetos têm em comum a privação do acesso ao espaço imprescindível à reprodução da vida, por isso, o sindicato tem na greve sua maior expressão de contestação, pois politiza as relações sociais de produção que se dão por meio do emprego legalizado. Dessa forma, o rompimento da produção passa a ser uma afronta grave frente aos interesses dos empregadores.

Para os movimentos socioterritoriais, a ocupação representa a principal forma de contestação da ordem territorial estabelecida, e que os mantêm marginalizados já que impede o acesso ao espaço. Por meio do ato de ocupar, os movimentos socioterritoriais desenvolvem os processos de espacialização e territorialização, é quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos que não possuem terra ou um teto. A ocupação contém no mínimo duas partes, os ocupantes e as forças que estão em oposição. Esta tensão não está à frente, justaposta ou sobreposta ao conflito, ela é parte constitutiva dele. A realização de uma ocupação decorre da consciência construída na realidade em que se vive. É a um só tempo, um aprendizado e um processo histórico de construção das experiências de resistência. A iniciativa de ocupar uma área rural ou um prédio deve desenvolver um conjunto de procedimentos que toma forma e vai aos poucos definindo uma metodologia de luta popular. Os componentes constitutivos de uma ocupação são: *a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação* (FERNANDES, 2000: 05).

Os expropriados e explorados pelo desenvolvimento desigual do capitalismo utilizam-se das ocupações como forma de reproduzir o seu trabalho, e/ou ampliar as condições para que este ocorra. Na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política para se ressocializarem, lutando pela terra e pelo teto. Dessa forma, é também uma luta contra a subordinação. Por último, é importante destacar que a ocupação não se opõe à manutenção da propriedade privada como um valor social e individual. Mas coloca a dúvida sobre sua função voltada exclusivamente à reprodução da sociedade excludente e à concentração de capital. A propriedade socialista está claramente distante do horizonte dos movimentos socioterritoriais. O que está em jogo é a propriedade privada concebida como um elemento exclusivo e orgânico ao desenvolvimento capitalista.

No caso dos movimentos socioterritoriais rurais, a tensão esta voltada para a territorialização do domínio da lógica de reprodução do grande capital do agronegócio, materializado, por exemplo, pela expansão da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, da soja no Mato Grosso e Goiás, das plantações de eucalipto no norte de Minas Gerais e Espírito Santo, etc. No que se refere aos movimentos socioterritoriais urbanos, o alvo é quase sempre o domínio do capital imobiliário especulativo, muitas vezes endossado pela intervenção do Estado, que age como instrumento que potencializa os lucros por meio de intervenções como: revitalizações, desocupações, remanejamentos e investimentos diretos. Em alguns casos, os movimentos socioterritoriais urbanos defrontam-se diretamente com as

corporações, a exemplo da ocupação do terreno localizado na Avenida Anchieta, em São Paulo, de propriedade da Volkswagen (GOHN, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço, categoria tradicionalmente tomada como objeto de reflexão do pensamento geográfico, constitui um importante instrumento analítico da dinâmica e dos processos sociais. É por meio do espaço que a existência humana se materializa. É tomando-o como fundamento de sua ação que o homem se apropria da natureza e se relaciona com os outros homens. Entendido como espaço da ação humana, é nele que os conflitos entre os homens se condensam dando forma e conteúdo ao território. Nesse processo de valorização do espaço e do território junto às ciências humanas é que, a partir da década de 1990, dá-se uma nova fase da pesquisa geográfica nacional. Esse momento é caracterizado pela publicação de textos que sintetizam as ideias e formulações originais a respeito do caráter espacial dos movimentos sociais, assim como da importância que essas manifestações sociais possuem no campo da análise da sociedade contemporânea. Uma parte desses estudos dedica-se à formulação de propostas teórico-conceituais que buscam incorporar, à tradição das pesquisas sobre a temática, todo o arsenal teórico herdado da Geografia. Nesse momento, três autores vão se destacar, Carlos Walter Porto Gonçalves, Emerson Renato dos Santos e Bernardo Mançano Fernandes.

Cada um, ao seu modo, vai buscar contribuir para que os movimentos sociais tornem-se um tema de estudo contínuo na Geografia. Além de valorizarem essas manifestações sociais no seu aspecto espacial, esses autores vão somar esforços no sentido de transformar os movimentos sociais numa categoria analítica fundamentalmente geográfica. Santos (2006) enfatiza as dimensões de conotação espacial que conformam e dão conteúdo aos movimentos sociais; Gonçalves (1999 e 2000), valoriza os processos de constituição dos movimentos de *(re)existência*, numa abordagem privilegia a formação do sujeito social. Esse autor concebe os movimentos sociais emergente como portadores de uma territorialidade autêntica. Por último, temos o conjunto de trabalhos de Bernardo Mançano Fernandes.

Dentre os três autores classificados como formuladores de estudos propositivos, este último assume de forma mais direta e mais densa a tarefa de fazer da Geografia uma ciência plenamente preparada para a análise dos movimentos sociais. Seu trabalho é realizado em duas frentes: numa o autor busca contribuir para a compreensão da ação dos movimentos sociais, por meio dos processos de espacialização e territorialização da lutas sociais, e, em outra, seus esforços são direcionados à formulação conceitual que visa valorizar, no conjunto dos estudos sobre estudos dos movimentos, aqueles que possuem um caráter territorializante.

As propostas que buscam firmar os movimentos sociais no campo da leitura geográfica, redefinindo-os a partir da sua dimensão espacial, constituem um momento do desenvolvimento da Geografia. Nesse processo de evolução, a Geografia amplia sua “bagagem” e inverte sua posição no campo da pesquisa social. De orientada, busca assumir a função de orientadora.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 2ªed. Brasiliense, 1964.
- BERNARDES, Julia Adão. Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu. *Dissertação de Mestrado*. RJ: UFRJ, 1983.
- BITOUN, Jan. Movimentos sociais e a cidade: questões relevantes para a geografia urbana. *Boletim de Geografia Torético*, n. 21/22. Rio Claro: Unesp, 1992, pp. 39-46.

ČARLOS, Ana Fani Alessansri. Espaço urbano e movimentos sociais. *Boletim de Geografia Torético*, n. 21/22. Rio Claro: Unesp, 1992, pp. 147-153.

_____. Movimentos sociais e cidade: uma introdução ao tema. *Boletim de Geografia Torético*, n. 21/22. Rio Claro: Unesp, 1992, pp. 22-6.

CASTRO, Josué. *Sete palmas de terra e um caixão*: ensaio sobre o nordeste área explosiva. 2ªed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1967.

FERNANDES, Bernardo M. *MST: formação e territorialização*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999

_____. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.75, p.83-129, 1999.

_____. Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*. São Paulo: AGB, n.15, 2000a, p. 59-85.

_____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000b.

_____; Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 12, 2004.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

_____; SILVA, Anderson Antonio; GIRARDI, Eduardo Paulon. DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. *Revista Terra Livre*, ano 19, vol. 2, n. 21. São Paulo, 2003.

FIGUEIREDO, Roberto Maria Batista de. Conflitos de terra na área de influência do Projeto Ferro-Carajás em Parauapebas –PA. *Boletim de Geografia Teorética*, n. 49-50, 1995, pp. 639-646.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto A territorialidade seringueira. *Geographia*. Ano 1, n.2 (67-88). Niterói: UFF/EGG, 1999.

_____. Por uma teoria geográfica dos movimentos sociais. In: *XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000, Florianópolis - Os outros 500 na formação do território brasileiro*. Florianópolis : UFSC/AGB, 2000

_____. *Amazônia, Amazonas*. São Paulo: contexto, 2001.

_____. O latifúndio genético e a re-existência indígena-camponesa. *Geographia*, Niterói, ano IV, n.º 8, 2002.

_____. *Geografando nos varadouros do mundo*. Brasília: IBAMA, 2004.

_____. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. *Publicación: Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2003.

MARTIN, Jean-Yves. Uma Geografia de nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. *Terra Livre*, São Paulo, v.2, nº19, 2002, pp .11-35.

_____. A geograficidade dos movimentos sócioespaciais. *Caderno Prudentino de Geografia*. São Paulo, n. 19/20, 1997, pp. 26-41.

MELO, B. Medeiros e SILVA Maria Ap. de Moraes. O rural: horizontes, disposições. As contribuições da Geografia e da Sociologia nas revistas Terra Livre e Tempo social. (1980-2005). *III Simpósio Internacional de Geografia Agrária/IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária Jornada Orlando Valverde*. Londrina - PR. 2007.

MIZUBUTI, Satiê. O movimento associativo de bairro em Niterói (RJ). *Tese de Doutorado*. São Paulo: USP, 1986. São Paulo: USP, 2002.

MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos: a renovação da Geografia no Brasil, 1978-1988. In: *GEOgraphia - Ano. II - No 3 - 2000*, pp. 27-48.

_____. A Geografia Serve Para Desvendar Máscaras Sociais. *Geografia: Teoria e Crítica. O Saber Posto em questão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

- _____. *O Movimento Operário e a Questão Cidade-Campo no Brasil*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. v. 1. 215 p.
- _____. *Geografia: teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão. In: *Terra Livre*, n. 01, 1986, pp. 6-19.
- MYRNA, T. Rego Viana. Algumas reflexões sobre a luta pela terra nas cidades. *Boletim Paulista de Geografia*. n. 57, 1980
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1988.
- _____. 'Os trabalhadores nem o bagaço' ou a revolta dos trabalhadores dos canaviais e dos laranjais. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 60, 1984.
- PARISSE, Lucien Maurice. O papel e posições dos atores geográficos nos movimentos sociais. *Boletim de Geografia Torético*, n. 21/22. Rio Claro: Unesp, 1992, pp. 168-172.
- PEDON, Nelson R. A participação popular na produção do espaço urbano na cidade de Araçatuba: o caso do bairro Alvorada. *Dissertação de Mestrado*. Pres. Prudente: UNESP, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- REGO, Nelson. A experiência de autogestão dos trabalhadores agrários de Nova Ronda Alta e seu significado para o Movimento dos Sem-Terra. *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n.º. 4, pp. 65-76, 1988.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Movimentos sociais urbanos – algumas reflexões”, o que demonstra a marcante presença da socióloga no campo da Geografia brasileira. *4º Encontro Nacional de Geógrafos*. Rio de Janeiro em 1980.
- _____. Movimentos Sociais Urbanos: algumas reflexões. In: MOREIRA, Ruy. (org.) *Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- RODRIGUES, A. M. Na procura do lugar, o encontro da identidade: a Geografia de um movimento social. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente/SP: AGB, n.09, 1989, p. 11-17.
- _____. Movimentos sociais urbanos e a questão da moradia. *Boletim de Geografia Torético*, n. 21/22. Rio Claro: Unesp, 1992, pp. 173-6.
- _____. Cidade e movimentos sociais: algumas reflexões sobre questões conceituais. *Boletim de Geografia Torético*, n. 21/22. Rio Claro: Unesp, 1992, pp. 27-33.
- SANTOS, Renato Emerson dos. Agendas & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. *Tese de Doutorado*. Niterói-RJ, UFF, 2006.
- SILVA, L.A Machado, RIBEIRO Ana Clara Torres. Paradigma e movimento social. *Boletim Paulista de Geografia*, 1985.
- SILVA, José Borzacchiello. *Os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza*. Fortaleza: Multiraf, 1992.
- _____. Movimentos sociais e Estado: implicações espaciais. *Boletim de Geografia Torético*, n. 21/22. Rio Claro: Unesp, 1992, pp. 180-6
- SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.
- TARELHO, Luiz Carlos. O Movimento Sem Terra de Sumaré. Espaço de conscientização e de luta pela posse de terra. *Terra Livre*. São Paulo, n. 6, 1989, pp. 93-104.
- WIEDERHECKER, Clyce Louise; CHAVES, Elza Guedes. Associação das Vítimas do Césio 137: identidade e diversidade de um movimento social. *Boletim Goiano de Geografia*, n. 09-10, de 1990, pp. 01-20.

PEDON, N. R.

...

A PESQUISA GEOGRÁFICA SOBRE OS MOVIMENTOS